



ACÓRDÃO Nº687/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11399/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Itamarati
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Haroldo Gomes Maia (Ordenador de Despesa).
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 651/2017-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Legislativo dos Municípios do Interior. Câmara Municipal de Itamarati. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Concessão de Prazo. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Itamarati, exercício de 2015, tendo como responsável o Sr. Haroldo Gomes Maia, Vereador-Presidente e Ordenador de Despesa, à época, com fulcro no art. 1º, II e art.19, II c/c o 22, III, "b", art.25 e 54, II, da Lei 2.423/96 – LOTCE c/c art.5º, II e art. 190,II da Resolução nº 04/02 - Regimento Interno;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Haroldo Gomes Maia, no valor de R\$ 8.768,25, nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI da Resolução 04/2002, com redação dada pelo art. 2º da Resolução 01/09, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das improbidades apontadas, no corpo do voto.
- 10.3. **Conceder 30 dias de prazo** ao Sr. Haroldo Gomes Maia, para o recolhimento da multa, nos termos do art. 72, III, alínea "a" da Lei 2.423/96), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução 04/2002 – TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº687/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4. Recomendar ao atual Presidente da Câmara Municipal de Itamarati que:

- 10.4.1. Cumpra com o máximo zelo disposições constantes na Lei de Licitações e Contratos, principalmente no que tange a apresentação de documentos de qualificação técnica da contratada;
- 10.4.2. Atente para os prazos de envio dos relatórios Fiscais;
- 10.4.3. Atente ao uso dos balanços, constantes no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público;
- 10.4.4. Cumpra as disposições da Lei nº 4.320/64;

10.5. Dar ciência ao Sr. Haroldo Gomes Maia e à Câmara Municipal de Itamarati, deste Acórdão;

10.6. Arquivar o presente processo, nos termos regimentais.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Junho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral